

DE A NOVA RAZÃO DO MUNDO A A ESCOLHA DA GUERRA CIVIL E ALÉM. RETROSPECTIVA DE UMA CAMINHADA TEÓRICA.

Christian Laval ¹

Tradução por Jean-François Deluchey (UFPA)

Efeitos de atualidade

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer uma retrospectiva da caminhada que Pierre Dardot e eu fizemos em comum. Juntos, escrevemos três livros sobre o neoliberalismo. *A nova razão do mundo* (2009), *Ce cauchemar qui n'en finit pas*. (Esse pesadelo que não acaba, 2016) e, finalmente, *A escolha da guerra civil* (2021). Nesse meio tempo, também escrevemos juntos um livro bastante substancial intitulado *Dominar*, que é uma história bastante ambiciosa da soberania do Estado ocidental, uma história que segue um longo caminho desde a Idade Média até o Estado neoliberal².

A primeira coisa a dizer é que nossos livros sempre se inscrevem na atualidade. A primeira inflexão que aconteceu em relação aos nossos trabalhos foi consequência do aprofundamento autoritário das diferentes expressões do neoliberalismo, seja na América Latina, nos Estados Unidos ou na Europa. A primeira inflexão remonta ao livro *Ce cauchemar qui n'en finit pas*. (Esse pesadelo que não acaba), cujo subtítulo, gostaria de lembrá-los, é “*Como o neoliberalismo está desfazendo a democracia*”. É um livro muito enraizado na atualidade francesa e europeia, a qual estava marcada pelo

¹ Professor Emérito de Sociologia, Universidade de Paris Nanterre. Co-fundador do Groupe d'Études sur le Néolibéralisme et Alternatives (GENA) e do grupo CNPq GENA-Amazônia.

² Nota do Tradutor. Desses quatro livros, dois foram traduzidos e publicados em português do Brasil: *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal* foi publicado em 2016 na editora Boitempo, e *A escolha da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo* foi publicado em 2021 na editora Elefante. Ainda não foram publicados em português do Brasil os livros *Ce cauchemar qui n'en finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie* (Esse pesadelo que não acaba. Como o neoliberalismo está desfazendo a democracia) e *Dominer. Enquête sur la souveraineté de l'État en Occident* (Dominar. Investigação sobre a soberania do Estado no Ocidente).

endurecimento da repressão aos movimentos sociais e ambientais, e pelo que veio a ser conhecido como a “crise grega”, quando a Troika do FMI, Banco Central Europeu e União Europeia frustrou todas as políticas antiausteridade na Grécia, e levou à derrota política do partido que tinha conquistado o governo, o Syriza.

Ainda foi a atualidade que nos levou a criar o Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA) em novembro de 2018, na esteira da eleição de Bolsonaro em outubro, com o primeiro momento fundador sendo um colóquio franco-brasileiro organizado no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) em Paris na quarta-feira, 20 de março, e na quinta-feira, 21 de março de 2019, intitulado “A crise da democracia e do neoliberalismo à luz da situação brasileira”³. Foi nesse contexto, e levantando a questão da relação do neoliberalismo com a democracia, ou melhor, refletindo sobre a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo no plano político, que iniciamos um trabalho coletivo que resultou no livro *A escolha da guerra civil* (2021) que, portanto, surge doze anos depois da publicação de *A nova razão do mundo* (2009).

Todas nossas obras pretendem ser livros de intervenção na atualidade, inclusive o livro dedicado à história da soberania do Estado no Ocidente, *Dominar*. Houve também outro fator de atualidade, diretamente ligado à distribuição do livro *A nova razão do mundo*. Foi essa distribuição e os encontros que ela proporcionou que nos levaram a corrigir as análises em *A nova razão do mundo*, uma correção que tem muito a ver com as relações que construímos com a América Latina.

Por bastante tempo, tivemos a sensação de que havíamos perdido uma dimensão importante do neoliberalismo ao seguir à risca o curso de Michel Foucault de 1979, *O nascimento da biopolítica*. Tivemos a sensação de que algo nos tinha escapado, especialmente a partir de 2016, durante a recepção no Chile, na Argentina e no Brasil do *A nova razão do mundo*, onde muitas vezes jovens ouvintes nos perguntaram sobre a violência neoliberal, sempre em relação aos golpes de Estado em seus países, em particular o do Chile de Pinochet em 1973. As perguntas eram as mesmas na Argentina e no Brasil. De modo mais geral, a dimensão fundamentalmente antidemocrática do neoliberalismo estava presente, mas não foi suficientemente abordada nesse livro. Em *Le cauchemar qui n'en finit pas*, ao contrário, a questão da democracia se torna central.

³ Ver os anais do colóquio na revista on-line *Sens public* (<https://www.erudit.org/fr/revues/sp/2020-sp06204/1079464ar/>).

É com essa preocupação que, em duas ou três etapas, modificamos nossa abordagem ao neoliberalismo. Explicamos isso na introdução de *A escolha da guerra civil*. Cito: “O propósito deste livro é acrescentar um capítulo que se tornou fundamental às genealogias existentes, escrito à luz das formas cada vez mais brutais das políticas neoliberais”⁴.

Gostaria aqui de tentar explicar por que esse capítulo não foi incluído em *A nova razão do mundo*. Isso significa relembrar os principais eixos do livro, e mostrar suas limitações.

Contribuições e limitações de *A nova razão do mundo*

A questão da democracia, portanto, não foi o foco central da demonstração nem o alvo principal da análise crítica. O que tínhamos em mente, e isso está muito claro na introdução em francês e até mesmo na composição do livro em sua versão original em francês (faltam os cinco primeiros capítulos nas versões publicadas em português e em inglês), era que o neoliberalismo não era o “retorno de Adam Smith”, nem era o “ultraliberalismo”, nem se reduzia à retirada ou ao desmantelamento do Estado, mas tampouco foi, como dizem os marxistas, “o triunfo do capitalismo absoluto” (Michel Husson) ou a “vingança das classes burguesas” (David Harvey). Claro, há muitos aspectos que se assemelham a isso, mas para nós, isso não era o principal. O essencial era mostrar que o neoliberalismo era uma maneira muito específica de governar sociedades e indivíduos. E essa linha de demonstração foi inspirada por Michel Foucault.

No início dos anos 2000, Foucault não era uma referência central nas críticas do neoliberalismo produzidas pelo movimento altermundista, pelo menos na França. A luta antineoliberal em si não era liderada por foucaultianos, mas muito mais por marxistas, às vezes por anarquistas, antiutilitaristas, bourdieusianos e também por economistas heterodoxos, a maioria keynesianos. Foucault esteve ausente do cenário político durante os primeiros anos do altermundismo, exceto, talvez, de forma indireta, pelos trabalhos de Hardt e Negri, como mostra seu importante livro *Império*⁵. Mas Hardt e Negri, apesar de suas alegações de terem produzido a grande teoria do altermundismo, não tiveram praticamente nenhuma influência política na esquerda radical, no movimento social ou no sindicalismo. Para

⁴ Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval, Pierre Sauvêtre, *A escolha da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 40.

⁵ HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

dizê-lo à moda de Foucault, suas análises do neoliberalismo, que ele tinha formulado no final dos anos 1970, não faziam parte da “caixa de ferramentas” dos principais autores antineoliberais e dos ativistas que lutavam contra a globalização capitalista. Por motivos bastante óbvios.

O primeiro motivo para a relativa marginalização de Foucault tem a ver com sua biografia. Ele morreu em 1984, e suas análises não pareciam mais estar conectadas com a atualidade, como por exemplo as políticas de ajuste estrutural do FMI, a Nova Gestão Pública, os tratados de livre comércio etc., enfim, com tudo o que caracterizou as políticas neoliberais dos anos 1990 e além.

O segundo motivo é bibliográfico. O livro fundamental de Foucault sobre o neoliberalismo é *O nascimento da biopolítica*. Mas esse curso, proferido no Collège de France em 1979, apenas foi publicado em 2004, isto é, vinte e cinco anos depois. Para Pierre Dardot e para mim, essa publicação representou um verdadeiro choque intelectual. Nós descobrimos uma leitura genealógica do neoliberalismo que contrastava com as interpretações muito mais pobres, e sobretudo menos informadas e, muitas vezes, altamente mecanicistas que prevaleciam na época. Foi com base nessa leitura que começamos a escrever *A nova razão do mundo* (2009), usando as ferramentas conceituais de Foucault. O objetivo não era realizar uma exegese, mas de tentar explicitar, prolongar e aprofundar as pistas de compreensão iniciados por Foucault no curso.

O que Foucault mostrava no curso era que o neoliberalismo não designa apenas a “mercantilização” ou a “privatização” generalizada, nem somente significa a invasão do mercado e o recuo do Estado. Trata-se de uma racionalidade política e, mais precisamente, de um determinado modo de governo. Ainda alargando o espectro, mostramos que o neoliberalismo poderia ser definido como uma *lógica normativa* transversal que enquadra discursos e dispositivos em muitos campos e instituições. Essa lógica se impõe de acordo, e de forma complementar, com a norma universal da concorrência e com o modelo único da empresa capitalista privada. Isso nos levou a dizer que o neoliberalismo construía, de um lado, uma nova antropologia, a do sujeito humano identificado com o “empresário de si”, ou seja, o indivíduo gestor de seu próprio capital, e, correlativamente, uma nova ontologia social que só pode conceber a sociedade como um mercado concorrencial. Essa antropologia e essa ontologia pressupõem um constante “intervencionismo governamental”, e não um recuo do Estado em face das forças do mercado, como tem sido dito com frequência. O neoliberalismo assume a forma de uma série de políticas estatais assumidas,

ativas e voluntárias, todas voltadas para a construção de mercados ou quase-mercados em todas as áreas (saúde, educação, justiça, trabalho, cultura etc.), transformando, assim, a sociedade, o ser humano e o próprio Estado em um único movimento. Se o próprio Estado não se transformasse em uma espécie de empresa, ele não poderia mudar nem a sociedade nem o ser humano. Ele não seria capaz de governar os indivíduos por meio de um jogo de incentivos produzidos por meio da promoção de uma concorrência generalizada, inclusive na própria esfera estatal.

Essa lógica normativa do neoliberalismo não é estranha ao capitalismo, muito pelo contrário, mas também não é um simples “reflexo” da infraestrutura econômica⁶. É a forma dos poderes e dispositivos que permite à razão capitalista invadir todo o corpo social e a totalidade dos corpos individuais. Nos citando, trata-se de “uma ‘razão-mundo’ cuja característica é estender e impor a lógica do *capital* a todas as relações sociais a ponto de torná-la a própria forma de nossas vidas”⁷.

A questão da democracia

A nova razão do mundo apontou para os fatores profundos do que havíamos chamado com Wendy Brown de *desdemocratização*, ou seja, a maneira pela qual o neoliberalismo, especialmente quando transforma o campo político e o próprio Estado, esvazia as democracias liberais clássicas de sua substância. Todas as nossas análises do “governo gerencial” mostraram como as categorias fundadoras do liberalismo clássico estavam sendo subvertidas pelas novas normas de performance e competitividade, que levavam a tirar da própria vida política a sua substância, suas discussões, suas divisões de opinião e seus confrontos de ideias.

Essas análises estavam um pouco defasadas em relação às de Foucault. É interessante notar que a questão da democracia não aparece em *O nascimento da biopolítica*, e até como é raramente problematizada na obra de Foucault. Não é em Foucault, por exemplo, que podemos encontrar “ferramentas” para pensar sobre a reativação ou reinvenção de formas democráticas de atividade ou de vida. Talvez mais curiosa ainda é a ausência de uma visão verdadeiramente global do neoliberalismo em seus

⁶ NdT: O sentido de “reflexo” aqui diz respeito à imagem devolvida por um espelho (*reflet*).

⁷ DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *Ce cauchemar qui n'en finit pas, Comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris: La Découverte, 2016, p. 10.

aspectos abertamente antidemocráticos, como tinha sido começado a ser implementado na América Latina, por exemplo. No curso de 1979, não há nenhuma referência ao golpe de Estado no Chile em 1973.

Por outro lado, e foi isso que fizemos primeiro, era possível deduzir de suas análises da governamentalidade neoliberal a consequente erosão ou destruição das formas democráticas de deliberação e tomada de decisão. O cidadão não existe mais; a única “democracia” concebível é a do consumidor que arbitra entre mercadorias. Além disso, a nova racionalidade gerencial do Estado empresarial questionava os fundamentos clássicos do Estado e sua legitimidade. Ou, para ser mais preciso, a racionalidade econômica prevalecia em todos os casos sobre a vontade popular.

Mas se nós já considerávamos a desdemocratização como um *efeito* das políticas neoliberais, ainda não havíamos compreendido suficientemente que a saída da democracia era muito mais do que um efeito, que esta era uma dimensão intrínseca tanto da doutrina quanto da lógica das práticas neoliberais.

Em *Le Cauchemar qui n'en finit pas*, em 2016, destacamos a *aceleração* em escala global da crise da democracia, que atribuímos à forma como as oligarquias capitalistas e governamentais estavam usando as crises para ir cada vez mais longe na desestabilização da sociedade e na deterioração das condições de trabalho e de vida. “Governar por meio da crise”, essa nos pareceu ser a lógica do neoliberalismo na esteira da crise financeira global de 2008, o que não ocorreu sem o desenvolvimento cada vez maior dos instrumentos legais, policiais e militares no intuito de reprimir quaisquer reações à neoliberalização da sociedade. Desenvolvíamos a ideia de que o neoliberalismo não era apenas essa lógica normativa que enquadrava a política, como havíamos revelado em 2009, mas que agora era uma realidade sistêmica global que estava forçando todos os governos a seguir o mesmo caminho. Neste aspecto, o exemplo da Grécia e sua submissão aos ditames dos credores e dos poderes europeus nos parecia muito significativo. O neoliberalismo se apresentava então pelo que ele era, um projeto muito consciente de limitação de todas as formas de expressão democrática, por meio de um sistema co-governado por agentes políticos e econômicos, especialmente oriundos da finança internacional. Insistimos em uma dimensão central da globalização econômica, que era o *constitucionalismo econômico*, ou seja, a consagração em cartas, tratados e constituições nacionais das regras da ordem do mercado e do poder ilimitado do capital, de modo que a democracia é limitada de fato e de direito por esse constitucionalismo, do qual as principais organizações comerciais e financeiras se consideram

garantidoras. Logo, enxergamos no Estado o ator principal de um projeto claro de desdemocratização. Esta não era vista nem como efeito, nem apenas sob o ângulo de sua aceleração por seu caráter sistêmico e global, mas bem como uma meta a ser alcançada, em uma palavra, como uma estratégia.

O neoliberalismo é uma estratégia de guerra civil

O verdadeiro ponto de virada ocorreu durante o trabalho coletivo realizado no GENA a partir de 2018. Essa virada foi o resultado de um duplo choque: a eleição de Trump e depois a de Bolsonaro. O neoliberalismo estava claramente tomando um rumo abertamente autoritário, repressivo, antiliberal e antidemocrático. Após um período de hesitação durante o qual falamos de um “novo neoliberalismo”, começamos a examinar mais sistematicamente a relação entre a democracia de um lado, e de outro a história doutrinária e política do neoliberalismo. Essa estratégia deliberada de saída da democracia não foi um acidente; fazia parte da doutrina neoliberal há muito tempo, isto é, desde seus primórdios. Fazer “uma outra história do neoliberalismo”, como indica o subtítulo do livro *A escolha da guerra civil*, consistia em levar realmente a sério o que já estava presente nos primeiros autores neoliberais, ou seja, seu desejo expresso de estabelecer salvaguardas contra o que a democracia representava para eles: uma ameaça à ordem do mercado.

O que significa uma “estratégia de guerra civil”? De forma um tanto paradoxal, voltamos ao Foucault do início da década de 1970, quando ele ainda estava bastante próximo dos movimentos revolucionários da época. No seu curso de 1972, *A sociedade punitiva*, ele mostrou que a guerra civil assombra e habita o discurso do poder de Estado, que, longe de acabar com ela, como Hobbes afirmou, constitui a própria lógica desse poder: “exercer o poder é, de certa forma, travar uma guerra civil”⁸. Usamos essa ideia como guia porque ela parecia perfeitamente adequada à estratégia correspondente ao neoliberalismo.

Este último se apresenta como uma estratégia política para transformar as sociedades em “ordens concorrenciais”, o que pressupõe o enfraquecimento ou a eliminação das forças de oposição, com o objetivo de impor às sociedades certas normas de funcionamento geral, sendo a principal delas a concorrência, a única que garante a soberania do indivíduo-

⁸ FOUCAULT, Michel. *La société punitive, Cours au Collège de France, 1972-1973*, Paris: EHESS / Seuil / Gallimard, 2013, p. 33.

consumidor⁹. O mercado concorrencial é uma espécie de imperativo categórico que permite legitimar as medidas mais extremas, inclusive o recurso à ditadura militar, se for necessário. Enquanto lógica geral de funcionamento da sociedade, o neoliberalismo somente pode ser imposto por via da neutralização das forças sociais, políticas e culturais que se opõem a ele. Mas há duas maneiras de conseguir isso: o esmagamento violento por uma forma tradicional ou renovada de fascismo, ou a erosão mais lenta dos mecanismos e instituições da democracia. Em ambos os casos, a lógica normativa do neoliberalismo pressupõe a criação de condições políticas, ideológicas e sociais para sua extensão e, em particular, um enfraquecimento de tudo o que possa ser um obstáculo à racionalidade do capital.

Se há uma unidade no neoliberalismo, ela não é doutrinária, ela é essencialmente estratégica; ou seja, ela está relacionada ao objetivo final e aos meios de neutralizar um inimigo que pode assumir diferentes faces em função da situação. É esse objetivo central e a diversidade de seus meios estratégicos que explicam a *relativa plasticidade política* do neoliberalismo. Em certas ocasiões históricas, o neoliberalismo parece se fundir com o advento ou o restabelecimento da democracia liberal; em outras circunstâncias, quando a ordem do mercado parece estar ameaçada, ele é combinado com as formas políticas mais autoritárias, até a violação dos direitos mais básicos dos indivíduos. E em muitos outros casos, é a democracia parlamentar que é gradualmente esvaziada de qualquer substância por um estado policial que exerce vigilância e repressão sobre tudo o que possa ameaçar a ordem sagrada da concorrência. O neoliberalismo pode, portanto, aparecer tanto como um vetor de democracia liberal quanto como justificativa das piores ditaduras.

Idealmente, em uma ordem de mercado estruturada pelo princípio da concorrência generalizada, a dominação é exercida por meios econômicos e técnicos supostamente neutros, os quais são apresentados como mais eficazes do que o confronto violento. No entanto, atualmente, nas democracias liberais mais antigas, podemos observar o aumento de uma violência do Estado dirigida contra cidadãos que são vistos não apenas como “culpados” perante a lei, mas como inimigos das leis fundamentais da ordem do mercado. É essa “inimização” dos oponentes e perturbadores dessa ordem mercadológica que é a marca registrada do momento atual da história política. Basta observar a intensidade da repressão policial e judicial contra

⁹ Aqui retomo os principais temas desenvolvidos coletivamente no livro *A escolha da guerra civil*.

todos que perturbem a ordem social e ousem desafiar o poder. Com cada vez maior frequência, os dispositivos jurídicos, policiais e tecnológicos usados na guerra antiterrorista ou para combater insurreições armadas estão se tornando instrumentos da *gestão ordinária* da ordem pública.

Essas novas formas autoritárias de dominação neoliberal nos lembram que, em todas as sociedades, e embora de formas diferentes e em velocidades diferentes, nunca deixou de ocorrer uma verdadeira *guerra civil*, aberta ou encoberta, declarada ou não, contra todas as forças organizadas, todas as instituições, todas as subjetividades que não obedeciam ao modelo da empresa e à norma da concorrência.

O papel do Estado na guerra neoliberal

Todos os neoliberais estão convencidos de que a intervenção do Estado é necessária para alcançar e defender uma ordem fundada no mercado concorrencial. De fato, essa foi a base do acordo entre as diferentes correntes doutrinárias que foi alcançado uma primeira vez no Colóquio Lippmann em 1938, e de novo com a fundação da Sociedade Mont-Pélerin em 1947. Todas as grandes lutas subsequentes do neoliberalismo político testemunharão esse acordo fundamental na luta comum contra o Estado de bem-estar social e o comunismo.

O Estado neoliberal não é um Estado passivo, mínimo ou fraco. Pelo contrário, ele é muito ativo na imposição da lógica da concorrência nas relações sociais e do modelo corporativo nas instituições, inclusive nas instituições públicas. O Estado neoliberal se esforça para *combater* os mecanismos de proteção criados em um estágio anterior do desenvolvimento do Estado e, de modo mais geral, para combater tudo o que se relaciona à igualdade civil e social. Assim, o Estado neoliberal se volta *contra* o Estado social por meio de uma política deliberadamente *contrária à segurança e à igualdade social*. Mas não são apenas as conquistas do Estado de bem-estar social que estão sendo visadas pelas políticas neoliberais, é também o funcionamento clássico das democracias liberais que está sendo atacado em seu cerne: 1) pela “constitucionalização” da lógica do capital, que retira a orientação da política econômica do domínio da deliberação pública; 2) pela concentração oligárquica do poder; 3) pelo uso de métodos repressivos e pela chantagem permanente, buscando impor retrocessos nos direitos sociais dos trabalhadores assalariados e nos direitos políticos dos cidadãos.

O neoliberalismo nunca foi democrático. No cerne de seu projeto, desde o início, há um *antidemocratismo* fundamental que decorre do

projeto de remover as regras do mercado da possível orientação política dos governos, consagrando-as como regras invioláveis que se aplicam a qualquer governo, independentemente da maioria eleitoral que o elegeu. A democracia, de acordo com os neoliberais como Friedrich Hayek, constitui um perigo enquanto ela for interpretada como expressão da “soberania popular”. Pois a soberania popular leva à “democracia social”, o primeiro passo para o socialismo e o totalitarismo. Para os neoliberais, o campo do “social”, que se refere a toda a gama de sistemas de proteção “social” e às políticas de redistribuição e igualização dos recursos, é o resultado de uma falsa concepção de democracia e de um abuso das instituições que se dizem democráticas. Essa falsa democracia, essa democracia perigosa, deve ser combatida, pois leva direto ao fim de uma sociedade fundada na liberdade individual¹⁰.

F. Hayek está convencido de que a democracia como soberania popular leva ao socialismo, que ela contém em si as sementes da “democracia totalitária” por causa da crença dupla na soberania popular e na justiça social, dois mitos que, em sua opinião, têm progressivamente desenfreado o poder público e seriamente ameaçado a ordem espontânea da sociedade¹¹. Para os neoliberais, há duas concepções possíveis de democracia: a ruim e a boa. A ruim é aquela que vê no povo a fonte da soberania, uma legitimidade que confere ao governo a capacidade de intervir ilimitadamente nos assuntos da comunidade de acordo com as maiorias eleitorais. A boa é aquela que vê a democracia como uma forma de selecionar líderes sem violência e de limitar seu poder para garantir as liberdades pessoais.

Essa oposição entre as duas concepções de democracia é essencial para entender a estratégia neoliberal. Os primeiros neoliberais austríacos e alemães foram muito influenciados por Carl Schmitt e sua doutrina do *Estado forte* que, em sua opinião, era o único capaz de resistir a todas as demandas populares por igualdade social. O Estado forte, acima dos conflitos, é o contrário do “Estado total” que pretende cuidar de tudo. Para os neoliberais, o Estado forte é o guardião de uma ordem de liberdade e, enquanto tal, pode usar os meios mais autoritários e violentos para defendê-la.

A esse respeito, a atitude dos maiores neoliberais em relação à ditadura de Pinochet, seja F. Hayek ou Milton Friedman, fornece evidências

¹⁰ Esse é o tema principal do panfleto de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão* (1944).

¹¹ O segundo volume da obra magna de Friedrich Hayek, *Direito, Legislação e Liberdade* (1976), tem o título significativo de “*A miragem da justiça social*”.

suficientes das consequências políticas de sua doutrina. F. Hayek teve o mérito da franqueza quando disse ao jornal chileno *El Mercurio*, em abril de 1981: “Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo”. O neoliberalismo é, portanto, uma teoria dos *limites institucionais* a serem impostos frente à lógica da soberania popular, na medida em que essa lógica, quando não controlada, está repleta do perigo do totalitarismo.

A inspiração do neoliberalismo de jeito nenhum poderia ser um liberalismo moral e político clássico. Para o neoliberalismo, a finalidade de uma ordem social não é a liberdade e a dignidade humana, não é a garantia incondicional dos direitos humanos, mas, de forma mais prosaica, esta pode ser encontrada na racionalidade capitalista enquanto lógica normativa geral.

Conclusão

Gostaria de encerrar este relato com um comentário sobre nossa relação a Foucault, no que trata da questão da soberania do Estado. Eu disse anteriormente que nos baseamos em Foucault em várias ocasiões em nossas carreiras, e de diferentes maneiras, mas também indiquei nossos desvios em relação ao seu trabalho. Sempre nos pareceu necessário nos sentirmos livres em relação a ele, assim como em relação a qualquer outro autor. E devemos insistir nisso hoje, em um momento em que várias comemorações acadêmicas estão sendo realizadas no mundo inteiro para marcar o quadragésimo aniversário de sua morte. Embora sempre possamos fazer uso proveitoso da “caixa de ferramentas” de Foucault, seria uma pena deixar de lado as discussões críticas de suas análises. Foi isso que fizemos em um longo apêndice no final de nosso livro *Dominar*, dedicado à história da soberania do Estado. O que está em jogo nessa discussão é se a soberania pertence a um momento específico da história dos poderes, que é o que Foucault muitas vezes afirma, ou se a soberania é um regime específico de poder que, em determinados momentos, teve de ser articulado com outras formas de poder, disciplinas, sistemas de segurança, modos de governamentalidade, ou se a soberania do Estado continua sendo o quadro global de recodificação jurídico-política das formas de poder, que é a tese que defendemos. O que está em jogo aqui? A questão é de saber se podemos concordar com certos autores, como Hardt e Negri, segundo os quais a soberania do Estado está desaparecendo com o neoliberalismo triunfante. Obviamente, essa é uma questão fundamental para interpretar os tempos em que vivemos.

Na verdade, o que mostramos em *A escolha da guerra civil* e em *Dominar*, dois livros escritos em paralelo, é que o globalismo neoliberal foi concebido como um meio de neutralizar um “nacionalismo econômico” que teria dificultado ou impedido a constituição de uma ordem mundial de livre mercado. Mas também mostramos que nenhuma ordem econômica capitalista poderia ter surgido sem que o Estado, internamente, providenciasse e defendesse as leis de funcionamento de uma economia capitalista. Para falar mais simples, o Estado soberano é indispensável para a ordem econômica mundial porque impõe a “liberdade econômica” de todas as formas possíveis no espaço territorial que está sob seu controle. Em outras palavras, e ao contrário das teses do *Império*, a globalização pressupõe um fortalecimento sem precedentes da soberania interna dos Estados da forma mais autoritária e repressiva possível.

Após o período da epidemia global de Covid-19, e após a eclosão da guerra na Ucrânia, com a destruição de Gaza, entramos em um novo período, que podemos chamar de *grande caos global*. Nos últimos anos, temos nos deparado com um desafio que é ao mesmo tempo teórico e político. Se o domínio do Estado está se tornando cada vez mais forte internamente, o que está acontecendo com a ordem econômica internacional que deveria ser garantida pelos Estados nacionais e pelas organizações comerciais e financeiras internacionais? Estamos continuando a avançar na direção da consolidação do globalismo? Ou, pelo contrário, um certo “nacionalismo econômico” está fragmentando o espaço econômico mundial? E esse clima de guerra na escala mundial acelerará mais uma vez o processo de desdemocratização, fortalecendo os governos mais despóticos e as forças políticas mais hostis a todas as formas de liberdade e igualdade? Essas são as perguntas angustiantes para as quais os próximos meses fornecerão respostas e sobre as quais deveremos tomar posições claras.